

**ASSIMETRIAS REGIONAIS E SITUAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS AGRAVAM-SE, MAS ATÉ 2010
FICARAM POR UTILIZAR 6.439,6 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DO QREN**

No estudo anterior mostramos, utilizando dados do INE, que as desigualdades entre as 30 regiões (NUTS III) do País continuam a ser muito grandes. Por outro lado, a situação económica e social do País está-se a agravar devido às quebras no investimento, no consumo privado e público provocada pela política de obsessão de reduzir tanto e em apenas 3 anos o défice orçamental. Segundo o “Boletim Económico - Inverno 2010” do Banco de Portugal publicado já este ano, o investimento registou, em 2010, uma diminuição de -5% e, em 2011, prevê uma nova redução de -6,8%. E prevê também que, em 2011, o Consumo Privado sofra uma quebra de -2,7%, e o Consumo Público de -4,6%, o que determinará que o País caia novamente na recessão económica com consequências graves a nível de falência de empresas e do desemprego.

Enquanto a situação económica e social agrava-se por falta de investimento e de consumo, uma parte significativa dos Fundos Comunitários ficaram por utilizar. E isto devido também à falta de disponibilidades financeiras do Estado, dominado pela obsessão do défice, e das empresas, devido às dificuldades crescentes em obter crédito junto da banca para participar com a sua parte (efeitos colaterais). O quadro seguinte, construído com dados do Boletim Informativo nº 10 do QREN divulgado já este ano, revela a baixa execução verificada no QREN.

Quadro 1 – Fundos Comunitários programados para o período 2007-2013, para o período 2007 -2010 e fundos comunitários utilizados no período 2007 a 2010

PROGRAMAS OPERACIONAIS	FUNDOS COMUNITÁRIOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO 2007 A 2013 (Período total de execução do QREN)	FUNDOS COMUNITÁRIOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO 1.1.2007 ATÉ 31.12.2010 (Fundos Comunitários que podiam ter sido utilizados até 31.12..2010)	FUNDOS COMUNITÁRIOS UTILIZADOS NO PERÍODO DE 1.1.2007 ATÉ 31.12.2010 (Despesa validada até 31.12.2010,)		FUNDOS COMUNITÁRIOS NÃO UTILIZADOS ATÉ 31.12.2010, (mas que podiam ter sido)	Fundos Comunitários utilizados até 31.12.2010 em % do Programado para o período 2007-2013
	Euros	Euros	Em euros	Em % do Programado até 2010	Euros	Em % do programado 2007-2013
POT Factores Competitividade (FEDER+FC)	3.103.789.011	1.720.757.867	689.186.000	40,1%	1.031.571.867	22,2%
POT Potencial Humano (FSE)	6.117.387.866	3.415.008.960	1.948.152.000	57,0%	1.466.856.960	31,8%
POT Valorização Território (FEDER+FC)	4.658.544.223	1.924.651.261	932.268.000	48,4%	992.383.261	20,0%
POR Norte (FEDER)	2.711.645.133	1.503.351.123	390.829.000	26,0%	1.112.522.123	14,4%
POR Centro (FEDER)	1.701.633.124	943.394.855	261.294.000	27,7%	682.100.855	15,4%
POR Alentejo (FEDER)	868.933.978	481.741.823	94.966.000	19,7%	386.775.823	10,9%
POR's Açores (FEDER+FSE+DE)	1.156.349.049	641.083.335	385.843.000	60,2%	255.240.335	33,4%
PO Assistência Técnica	92.413.996	93.308.651	39.825.000	42,7%	53.483.651	43,1%
QREN -Total - Convergência	20.410.696.380	10.723.297.875	4.742.363.000	44,2%	5.980.934.875	23,2%
POR Lisboa	306.689.171	170.030.181	54.653.000	32,1%	115.377.181	17,8%
POR Algarve	174.952.016	136.999.452	21.117.000	15,4%	115.882.452	12,1%
PO's Madeira (FEDER+FSE)	445.549.004	346.096.238	118.654.000	34,3%	227.442.238	26,6%
QREN-TOTAL	21.337.886.571	11.376.423.746	4.936.787.000	43,4%	6.439.636.746	23,1%

FONTE: Boletim Informativo nº 10 - QREN; Programação Financeira de cada um dos programas operacionais

Até 31.12.2010, de acordo com a programação financeira de cada um dos programas operacionais do QREN, Portugal podia ter utilizado 11.376,4 milhões de euros, mas só utilizou 4.936,7 milhões de euros (43,4%), tendo ficado por utilizar 6.439,6 milhões de euros (56,6%). Se a análise for feita por programas a situação de alguns deles, em termos de execução, é ainda mais grave. Assim, até 31.12.2010, em relação ao Programa Factores de Competitividade, que tem como objectivo apoiar as empresas na modernização, na melhoria do seu perfil tecnológico e no

aumento das exportações ficaram por utilizar 1.031,5 milhões € (59,9%); no Programa Potencial Humano, que tem como objectivo a qualificação dos portugueses, apesar de ser o programa com mais elevada taxa de execução (57%), porque o financiamento público (União Europeia e Estado Português) é a 100%, ficaram por utilizar 1.466,8 milhões € (43%); no programa Valorização do Território, que tem também como objectivo o combate às assimetrias regionais, não foram utilizados 992,3 milhões € (51,6%). Mas é fundamentalmente nos programas operacionais regionais, que têm como objectivo precisamente reduzir as desigualdades entre as diferentes regiões do País, que são ainda muito grandes como mostramos no estudo anterior, e promover o seu desenvolvimento que a taxa de execução ou de utilização é mais baixa. Assim, no Programa Operacional Regional da região Norte foi utilizado apenas 26% dos Fundos Comunitários, ficando por utilizar 1.112,5 milhões €, no POR da região do Centro foi utilizado somente 27,7% ficando por utilizar 682,1 milhões €, no POR da região do Alentejo foi utilizado apenas 19,7% ficando por utilizar 386,7 milhões €, nos POR's da RA dos Açores a taxa de execução foi de 60,2%, ficando por utilizar 255,2 milhões €, no POR da região de Lisboa a taxa de execução foi de 32,1% ficando por utilizar 115,3 milhões €, no POR da região do Algarve a taxa de execução até 31.12.2010 foi de 15,2%, ficando por utilizar 115,8 milhões €, e nos POR's da RA da Madeira a taxa de execução foi de 34,3%, ficando por utilizar, até ao fim de 2010, 277,4 milhões €.

Se a análise for feita não com base nos valores programados para serem utilizados no período 2007-2010, mas sim para o período 2007-2013, até ao fim de 2010, foram utilizados apenas 23,1% do total de Fundos Comunitários, havendo Programas Operacionais, como são os das regiões do Alentejo e do Algarve com taxas de execução, respectivamente, de apenas 10,9% e 12,1% ao fim de quatro anos de execução do QREN.

É certo que a parcela de fundos comunitários não utilizados poderão ser nos anos seguintes. Mas o certo é que foram postos de trabalho que podiam ter sido já criados e não o foram; empresas que podiam ter sido modernizadas e que ainda não o foram; é produção de perfil tecnológico mais elevado e, conseqüentemente, mais competitivo, que podia ter sido obtida e que o não foi; é qualificação de portugueses que podia ter sido feita mas que não foi; são desigualdades regionais que já podiam ter sido reduzidas e que também o não foram. E, para além de tudo isto, poder de compra que se perdeu devido ao aumento de preços. Futuramente para fazer o mesmo tem de pagar muito mais. Só em 2010, devido ao aumento de preços, estimamos que se tenham perdido 100 milhões € de poder de compra nos Fundos Comunitários que não foram utilizados.

O GOVERNO SÓ AGORA ACORDOU PARA A GRAVIDADE DA BAIXA EXECUÇÃO DO QREN MAS PARECE QUE SÓ AINDA EM PALAVRAS

Uma das 50 “famosas” medidas apresentadas pelo governo de Sócrates para “promover o emprego e o crescimento económico” é duplicar a utilização dos fundos comunitários durante o ano 2011, ou seja, realizar num único (2011) tanto como o feito nos 4 anos anteriores (2007-2010). Em valores isso significa o seguinte. Para o período 2007-2013, que é período de tempo que, em principio, devia vigorar o QREN estão programados para serem utilizados 21.337,8 milhões € de Fundos Comunitários. No período 2007-2010 foram utilizados somente 4.936,7 milhões €, ou seja, apenas 23,1%. O governo de Sócrates pretende que, no fim de 2011, se tenha atingido 40% do valor programado para o período 2007-2013, ou seja, 8.535,1 milhões € de Fundos Comunitários, o que significa que, durante o ano de 2011, tenham de ser utilizados 3.598,3 milhões € de Fundos Comunitários. Mas para se poder utilizar este montante, as empresas e o governo português terão também de participar com uma parte da despesa realizada, já que a União Europeia não financia sozinha, mas co-financia em média em 64%, o que significa que o restante (26%) da despesa realizada tenha de ser financiada ou pelo Estado português ou pelas empresas, ou conjuntamente por ambos.

Para poderem ter sido utilizados 4.936,7 milhões € de fundos comunitários até 31.12.2010, o Estado português teve de participar com 1.639,8 milhões €, e as empresas com 1.141,2 milhões €, ou seja, por cada 100€ de despesa, 64€ foram pagos com fundos comunitários, 21,2€ pelo Orçamento do Estado ou da Segurança Social, e 14,8 € pelas empresas. Tendo como base a mesma proporção, em 2011, para serem utilizados 3.596 milhões € de Fundos Comunitários, como pretende o governo, será necessário que o Estado português participe com 1.195 milhões €, e as empresas com 832 milhões €. E a questão que se coloca é seguinte: Será isso possível, estando o governo dominado pela obsessão de reduzir o défice orçamental, e as empresas com graves dificuldades em obter crédito junto da banca e em vender o que produzem? – É a pergunta que deixamos para reflexão do leitor. É também previsível que os efeitos da política seguida, e as conseqüências da recessão económica, também se façam sentir aqui.

Eugénio Rosa, Economista, ed2@netacbo.pt , 5.2.2011